

Crise na base do Governo ^{Congresso} antecipa ^{recesso} legislativo

© GLOBO

15 DEZ 1995

ADRIANA VASCONCELOS

BRASÍLIA — O acirramento da crise na base parlamentar do Governo deverá levar o Congresso a encerrar seus trabalhos mais cedo. O mal-estar no Congresso, que não conseguiu avançar nas votações esta semana por causa dos escândalos da pasta rosa e do Sivam, além da falta de consenso sobre a inclusão da emenda da reeleição na pauta da convocação extraordinária, levaram ontem os presidentes da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), e do Senado, José Sarney (PMDB-AP), a propor ao presidente em exercício, Marco Maciel, que o ano legislativo seja encerrado hoje. A idéia é esperar a volta do presidente Fernando Henrique ao Brasil e só dar início à convocação extraordinária, que estava acertada para começar na próxima segunda-feira, no dia 8 de janeiro.

— Vamos esfriar a cabeça. Ti-

rar a crise da pauta: Está todo mundo muito cansado. Em janeiro poderemos retomar as discussões de matérias importantes para o país; mas com muito mais racionalidade, sem emoção — disse o vice-líder do Governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Maciel não deu resposta conclusiva à proposta de Luís Eduardo e Sarney. Mas, para garantir o recesso parlamentar até o próximo dia 8, o Senado terá de votar, em sessão hoje de manhã, os projetos que alteram o IR. Sarney também convocou sessão extraordinária do Congresso às 14h30m. Ele planeja limpar a pauta e votar os mais de 50 pedidos de crédito suplementar em tramitação.

No meio da tarde de ontem começaram as articulações pelo adiamento da convocação extraordinária. A proposta inicial era o Congresso prorrogar seus trabalhos até dia 22 e, dessa forma, decidir por conta própria a

pauta de votações; já que não se conseguiu chegar a consenso com o Executivo. Na avaliação de líderes partidários aliados do Planalto, a falta de um interlocutor forte para bancar as negociações com o Legislativo impediu a consolidação da pauta da convocação.

— Falta um interlocutor forte para definir as coisas quando o presidente viaja. Nenhum ministro banca nada. E o vice-presidente fica cheio de dedos para assumir qualquer coisa — reclamou um tucano.

A tese da prorrogação do ano legislativo só não vingou porque se descobriu que poderia aumentar os gastos do Legislativo, uma vez que foi revogado o decreto legislativo que dispensava o pagamento de ajuda de custo para parlamentares no caso de prorrogação. Dessa forma, os parlamentares receberiam a convocação em dobro porque o Executivo convocaria o Congresso a partir de 8 de janeiro. Cada

deputado e senador tem direito a um salário extra de R\$ 8 mil no início e no fim de cada convocação.

A polêmica em torno da pauta de convocação extraordinária deixada alinhavada por Fernando Henrique começou quando os líderes governistas perceberam que a mensagem presidencial incluía todas as emendas constitucionais com admissibilidade aprovada. Esse dispositivo inseriria automaticamente a emenda que propõe a reeleição para presidente da República na pauta da convocação.

O líder do Governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES), chegou a propor anteontem a Maciel a retirada da emenda da reeleição da pauta. Apesar das pressões pela supressão da matéria, o presidente em exercício estava resistindo à idéia, já que a orientação partira, segundo ele, do próprio titular do cargo, ou seja, de Fernando Henrique.